

Cidade Educadora.

Leituras dos desafios da contemporaneidade às cidades que intencionalmente educam

Maria Teresa Santos | Maria das Dores Correia [Ed.] | CIDEHUS | 2025

© Maria Teresa Santos | Maria das Dores Correia [Org.] | CIDEHUS | 2025. Todos os direitos reservados.

Impressão e acabamento: Líberis – *Print on demand*

1.ª Edição: junho de 2025

ISBN [Edição Impressa]: 978-989-586-116-3

ISBN [Edição Digital]: 978-989-586-117-0

Depósito Legal N.º 547246/25

5 LIVROS

Rua da Boavista, N.º 719, 1.º T e N.º 723

4050-110 Porto

Telef.: 222 038 145 (Chamada para a rede fixa nacional)

Tlm.: 919 455 444 (Chamada para a rede móvel nacional)

www.5livros.pt

info@5livros.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020” <https://doi.org/10.54499/UIDB/00057/2020>

This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology, under the project UIDB/00057/2020

Índice

Apresentação	9
Maria Teresa Santos Maria das Dores Correia	

INTRODUÇÃO

La actualizacion 2020 de la Carta de Ciudades Educadoras.	
Valores renovados y gobernanza local.....	25
Joan Manuel del Pozo	

LEITURAS

O <i>Curriculum</i> Informal das Cidades Educadoras	37
Carlos Fortuna	
A cidade que educa e transforma ou sobre a necessidade de pensar a educação a partir dos territórios	55
Jacqueline Moll Márcio Taschedo	
Cidade Educadora. Explorando a dimensão da práxis e o sentido da experiência no contexto educacional.....	73
Maria Sílvia Bacilla	
Da cidade fechada à cidade aberta. A educação e a inclusão valores e estratégia para a mudança	89
Domingos Rasteiro	
Gestão municipal. A importância do conceito de Cidade Educadora	129
Paulo Louro	

As Cidades Educadoras. Um projeto inovador de desenvolvimento local	177
Celeste Frazão	
La ciudad como programa	197
Agustín Escolano Benito	
A Cidade Educadora e a Cidade Educativa, em busca de uma diferenciação conceptual	211
Maria Teresa Santos Maria das Dores Correia	

ENTREVISTAS

Um pensador da Cidade Educadora. Entrevista a Joan Manuel del Pozo	245
Maria Teresa Santos Maria das Dores Correia	
A impulsionadora da Cidade Educadora em Portugal. Entrevista a Maria de Lurdes Rabaça	253
Maria Teresa Santos Maria das Dores Correia	
Um historiador da Cultura de Escola. Entrevista a Agustín Escolano	269
Maria Teresa Santos Maria das Dores Correia	

Apresentação

Maria Teresa Santos¹
Maria das Dores Correia²

Este livro surgiu com o propósito de compreender como se tem urdido a relação triangulada entre a ideia de Cidade Educadora³, o percurso desenvolvido a partir das ações que a realizam em cada território e a expressão que tem na governança municipal.

A ideia de Cidade Educadora sustenta-se no reconhecimento da dependência intrínseca, embora com graus de subordinação distintos, entre política e educação, tal como a filosofia da antiguidade grega evidenciou e problematizou. Se a educação é instrumento político de organização e desenvolvimento, a política, enquanto poder de gestão da coisa pública, fornece a dimensão coletiva necessária quer às aprendizagens formativas do ser humano, quer à realização do projeto comum de viver melhor no mundo e de construir um mundo melhor para viver. Não obstante a dependência entre política e educação ser problemática,

¹ Docente do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e membro integrado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). Email: msantos@uevora.pt

² Membro integrado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). Email: mariadasdorescorreia@hotmail.com

³ No livro opta-se por respeitar as escolhas de cada autor/autora relativas à capitulação, ou não, das designações Cidade Educadora e Cidade Educativa.

a tendência para desafetar os/as cidadãos/ãs⁴ da coisa pública, ou seja, para desvalorar o compromisso comunitário, também suscita interrogações inquietantes. Assim, e enfrentando a negatividade destas duas situações, um grupo de políticos e académicos redesenhou, a partir de Barcelona, uma relação entre o governo democrático da cidade, estruturalmente franqueado à participação das comunidades, e a educação, entendida como processo de aprender, criar, comunicar e cuidar dentro do espaço público real e encarnado (Dacheux, 2008). Foi este desígnio relacional entre o governo da cidade e a educação que levou ao desejo e à imaginação da Cidade Educadora.

Todavia, a Cidade Educadora, constitutivamente dinâmica dada a energia gerada pelas opções políticas que respondem às solicitações da comunidade, tem sido recorrentemente confundida com a Cidade Educativa. Convém resolver a indiferença epistemológica que subsiste entre os dois conceitos e deixar claro o que é próprio de um e de outro. A denominação Cidade Educativa foi lançada por Edgar Faure (1972) e inscreve-se no quadro das Ciências da Educação num período em que estas concentravam temas e disciplinas para ganharem identidade científica (Not et al., 1984). Nela se reconhece que qualquer cidade é potencialmente educativa, seja pela história acumulada na sua materialidade patrimonial, seja pelas atividades que as suas instituições culturais oferecem, motivadoras de aprendizagens suscetíveis de aprofundar o que já se sabe e de abrir a outros horizontes formativos. O acento é de ordem cultural. Cabe a cada cidadão/ã, por iniciativa própria ou por pertença a um grupo restrito ou por integração num coletivo institucional (de que é exemplo a escola), aproveitar essa potencialidade, desenhar o seu próprio programa de formação e dar-lhe significado. Neste quadro,

⁴ Deixa-se ao critério dos/as diferentes autores/as o uso explícito, ou não, de palavras no género masculino e feminino.

a autonomia do/a cidadão/ã predomina, estando dispensado de qualquer intervenção intencionalmente interativa com a comunidade, se assim entender, e muito menos com o poder local. Como afirma José María Hernández, qualquer cidade é acessível a qualquer cidadão/ã “com um crescente nível e capacidade de explorar e apropriar-se de uma leitura com sentido emotivo e estético sobre um objeto e sobre um ambiente de significação pedagógica, do passado e da atualidade”⁵ (2016, p. 160).

Ao invés, a denominação de Cidade Educadora surge num outro quadrante epistemológico. Não se inscreve nas ciências da educação e situa-se no cruzamento da sociologia com a filosofia, reformulando o ideal da democracia grega: a cidade é governada para a construção do bem comum e do bem viver-junto, sem dissolver a vontade participativa nem anular a criatividade de cada habitante, como instituiu o discurso de Péricles (Tucídides, 1989), no século V. No conceito de Cidade Educadora está subjacente uma intencionalidade político-ética orgânica que deve perpassar cada pelouro municipal e que exige aprendizagem contínua e diversificada mediante projetos abertos, inclusivos, dialógicos, correspondentes e consequentes, envolvendo cada habitante, cada instituição, empresa ou serviço. O estatuto de que a Cidade Educadora é portadora obriga cada município a assumir um paradigma de intervenção que vá continuamente respondendo à seguinte questão: como é que as políticas locais podem convocar os/as cidadãos/ãs a participarem e a proporem dinâmicas de aprendizagem que tornem mais sustentáveis os vários modos de habitar a cidade e o mundo? Avança-se assim para um paradigma que perpassa todas as atividades municipais, opondo-se totalmente a medidas avulsas, como se dum plano de festividade se tratasse; opondo-se a planos de atividades intermitentes do tipo “hoje,

⁵ Todas as traduções são de nossa inteira responsabilidade.